

economia

Setor eólico gaúcho projeta alta de investimentos

Rio Grande do Sul já conta com logística e infraestrutura, o que favorece investimentos segundo o Sindienergia-RS

/ ENERGIA

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

Após a sanção do Projeto de Lei nº 576, de 2021, que disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore, pelo presidente Lula, na sexta-feira passada, o setor eólico gaúcho celebra um “momento único” para oportunidades e investimentos no Rio Grande do Sul. A avaliação é da presidente do Sindienergia-RS, Daniela Cardeal.

“Estamos provocando o governo estadual e os agentes privados há algum tempo. Em 2023, já promovemos estudos, como o estudo de favorabilidade para definir os prismas, que é um instrumento do marco aprovado. Então, o Rio Grande do Sul pode se antecipar”, explicou Daniela.

Ela também destacou que a logística e a infraestrutura do Estado favorecem os investimentos. “O Porto de Rio Grande está passando por uma dragagem importante, teremos possibilidade de fabricar as embarcações, o que também é um dos obje-

vos da legislação: o fomento à indústria. Além disso, nós temos conexão”, comemorou. Por fim, ela considerou que o Rio Grande do Sul tem demanda por energia renovável.

“A indústria está pedindo descarbonização, até porque, hoje em dia, isso é requisito para financiamentos. O agro também é interessado em promover a transição energética, com a produção de amônia verde. Outro mercado que está crescendo no Estado é o dos data centers, que precisam de muita energia”, disse, ressaltando que 30% do potencial brasileiro das eólicas offshore está no estado.

Como ponto de alerta, ela ressaltou a possibilidade de criação de unidades de conservação marítima no Rio Grande do Sul, projetos que começaram a ser elaborados em 2018 e não levaram em consideração os empreendimentos de energia renovável. “É um ótimo momento para que possamos reconstruir o Estado, conversando com a sociedade, com dados atuais. É uma unidade de conservação que poderia comprometer 1/3 do potencial de ge-



ANDY BUCHANAN/AFP/JC

Estudos de favorabilidade e demanda por energias renováveis apontam o potencial do Estado

ração do Estado”, ponderou.

A Lei aprovada por Lula estabelece diretrizes para o aproveitamento de potencial energético em áreas sob domínio da União, como o mar territorial, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental, com foco

na geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. O texto prevê, também, incentivos ao desenvolvimento da indústria nacional, à geração de empregos e ao fortalecimento da segurança energética do país, integrando aspectos econômicos e ambientais.

A geração de energia offshore é feita por meio de turbinas eólicas instaladas em plataformas fixas ou flutuantes no leito marinho. É uma fonte de energia renovável e limpa que utiliza a força do vento, principalmente em alto-mar.

Vetos do presidente Lula a projetos do segmento retornarão para o Congresso

Entre os vetos do presidente Lula ao PL 576/21 está o artigo 22, que previa subsídio para a contratação de energia proveniente de termoeletricas movidas a gás e carvão. Se fosse aprovado, o custo estimado do subsídio seria de mais de R\$ 400 bilhões até 2050.

John Würdig, engenheiro ambiental e gerente de Transição Energética do Instituto Arayara, considera que o Congresso não irá derrubar os vetos, uma vez que isso poderia gerar desgaste político. “Além de representar um au-

mento significativo na conta de energia dos brasileiros, esses subsídios violam os compromissos climáticos do Brasil, especialmente o Acordo de Paris, ratificado pelo país em 2017. Essa matéria gerou estranhamento desde o início, pois trata-se de um PL para energia eólica.”

Würdig afirmou, ainda, que, caso o setor da cadeia de carvão tente aprovar o subsídio por Medida Provisória, “será inconstitucional”. O engenheiro defende que seja feito um plano de transição

energética para a usina de Candiota 3, uma das térmicas do Rio Grande do Sul afetada pelo veto, com aposentadoria compulsória para os trabalhadores. “Gera emprego e renda, mas gera muitos passivos ambientais e à saúde das pessoas”. Ele salienta que seriam necessários aproximadamente R\$ 30 bilhões para recuperar áreas degradadas por conta da mineração de carvão, especialmente a drenagem ácida.

Uma manifestação está marcada para esta quarta-feira em

defesa da usina de Candiota 3. O objetivo é justamente pleitear uma Medida Provisória que permita o funcionamento da usina. O presidente da Associação Brasileira do Carbono Sustentável, Fernando Zancan, defende que “as razões para o veto do artigo 22, no que se refere ao carvão, foram baseadas em informações equivocadas e o resultado será péssimo para as economias e a população do sul do Brasil, em especial para as regiões mineiras”, considerou.

“Ao impedir a recontração

das usinas a carvão, o presidente Lula vai na contramão dos princípios do Acordo de Paris. Por desinformação ou pressões de grandes conglomerados, o veto interrompe uma atividade que responde por apenas 0,3% das emissões de CO2 no Brasil para provocar o empobrecimento de 40 municípios do Sul do Brasil, que perderão, segundo o DIEESE, R\$ 107 bilhões de valor agregado, R\$ 40 bilhões de tributos e R\$ 27 bilhões de massa salarial”, criticou Zancan. Estima-se que o setorafete 36,2 mil famílias.

Petrobras reitera que evitará repasse da volatilidade externa a preços internos de combustíveis

/ COMBUSTÍVEIS

Diante da disparada do preço do petróleo no mercado internacional, ultrapassando os US\$ 80 o barril, a Petrobras respondeu ontem que evita o repasse da volatilidade externa para os preços internos, conferindo assim períodos de estabilidade para os clientes.

“Dessa forma, a companhia segue observando os fundamentos de mercado e, por questões

concorrenciais, não pode antecipar suas decisões”, disse a estatal.

A defasagem dos preços nas refinarias da Petrobras em relação ao mercado internacional atingiu 22% no diesel e 13% na gasolina na última sexta-feira, 10, reabrindo a expectativa do mercado para reajustes por parte da estatal. Ontem, a commodity continua em alta, assim como o câmbio, o que aumenta a pressão nos preços.

A empresa afirmou, porém, que não é responsável pela comercialização de combustíveis nos postos revendedores, e que o preço praticado nas suas refinarias é apenas uma das parcelas que compõem o preço percebido pelo consumidor nas bombas.

“Portanto, o preço final de venda pode ser influenciado pelos preços praticados por outros fornecedores, e ainda inclui o custo da mistura obrigatória de bio-

diesel no diesel, tributos, e custos e margens de distribuição e venda, sobre os quais a Petrobras não possui qualquer influência”, explicou a companhia.

A empresa informou que, em 2024, o único reajuste no preço de venda de gasolina A da Petrobras para as distribuidoras ocorreu em julho, e foi equivalente a R\$ 0,15 a cada litro vendido nas bombas. Atualmente, em média, a parcela do preço de venda da Petrobras

para as distribuidoras é equivalente R\$ 2,21 a cada litro abastecido nas bombas.

Sobre o diesel, o último aumento nos preços de venda da Petrobras para as distribuidoras ocorreu em outubro de 2023. Depois disso, a Petrobras ainda fez duas reduções de preços em dezembro de 2023. E, em 2024, não fez nenhum reajuste nos seus preços de venda para as distribuidoras.